

RESENHA
NOTÍCIAS DE UMA LUTA INCONCLUSA: O MST E A
QUESTÃO AGRÁRIA NO LIMIAR DO SÉCULO XXI

REVIEW: News of an inconcluded battle: the MST and the agrarian
question on sec. XXI

*Deni Ireneu Alfaro Rubbo**

Livro: *Combatendo a desigualdade social:
o MST e a reforma agrária no Brasil.*
Autor: Miguel Carter (Org.).
São Paulo: UNESP, 2010, 563pp.

Um quarto de século depois de sua fundação e mundialmente reconhecido, o MST, em meio às várias controvérsias e ao serviço de permanente desinformação praticado pela mídia, ainda está de pé e, ao que tudo indica, seu término está longe de acontecer. Os trabalhadores sem terra continuam a inquietar e a desafiar amplos segmentos da sociedade civil, sendo exaustivamente analisados por vários estudiosos. Desde sua gênese, quando o movimento era uma simples organização oriunda da região Sul do país, passou por várias mutações, estendendo e consolidando suas bases em nível nacional, incorporando-se e articulando nas lutas sociais internacionais e, sem exagero, constituindo uma das maiores novidades da história política contemporânea do campesinato brasileiro, sendo a voz mais expressiva da questão agrária da América Latina. Eis aí a pertinência e a urgência de se empenhar na leitura de *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*, organizado por Miguel Carter. Expressão de uma conferência internacional, em outubro de 2003, e patrocinada pelo Centre for Brazilian Studies, da Universidade de Oxford, os dezesseis capítulos do livro são distribuídos em quatro seções, mais uma generosa introdução e conclusão do próprio organizador, os quais foram produzidos e revistos entre 2004 e 2007. São, ao todo, dezenove colaboradores de diversos países, predominantemente brasileiros, em uma perspectiva interdisciplinar e internacional, visando fornecer um amplo horizonte que conduz a um vasto campo reflexivo e a uma controvérsia pluralista acerca da desigualdade históri-

* Mestrando em Sociologia pela FFLCH-USP e Bolsista CAPES.

ca e contemporânea que assola o Brasil. Para tanto, a antologia se abastece de investigações criteriosas assentadas em uma ampla reunião, sistematização, atualização de dados, pesquisa empírica, quadros e mapas abastados de informações, entrevistas de campo, etnografia, e uma farta bibliografia sobre o tema, realizando, assim, um insubstituível livro-referência para os investigadores da questão agrária e do MST.

É descrevendo duas imagens emblemáticas - a inauguração da boutique de luxo Daslu e a marcha do MST para Brasília – ocorridas em 2005, apenas com alguns dias de diferença, que Miguel Carter, em sua introdução, descortina o agudo contraste vivido pelo país. De um lado, a presença dos preponderantes políticos conservadores e, do outro, de políticos progressistas engajados na luta pela reforma agrária. Mas são os primeiros que mantêm o Brasil, mesmo com um relativo crescimento econômico nos últimos anos, entre as nove nações mais desiguais do mundo, considerando os 123 países avaliados pelo Banco Mundial. Mais ainda: segundo o Censo Agrário Brasileiro, no Brasil, 1% dos proprietários rurais controla 45% de todas as terras cultiváveis, revelando, desse modo, um dos países cuja concentração fundiária é uma das maiores do mundo. Com acuidade, Carter fornece um número significativo de dados e mapas comparativos com outros países que reconfirmam essa disparidade com base, por exemplo, no índice da reforma agrária que mede a extensão e a intensidade do processo de redistribuição fundiária. Em conexão com esse panorama mais amplo da questão agrária do país, os três artigos que preenchem a primeira seção do livro, versam, igualmente, sobre o tema, mas por um outro foco analítico. Como bem mostra o economista Guilherme Costa Delgado, desde os anos 50 começa a se desenhar pela primeira vez um sólido debate sobre a questão agrária no país, cujas diversas posições teóricas no pensamento econômico brasileiro culminariam, de fato, suas ponderações, no início dos anos 60, em quatro orientações diversas, quais sejam: o Partido Comunista Brasileiro (PCB) que impunha a tese de “restos feudais” na agricultura brasileira e a defesa da legislação trabalhista no campo; setores da Igreja Católica que inicialmente eram conservadores em relação à reforma agrária, mas posteriormente refazem sua opinião. Isso aconteceu principalmente depois dos eventos do Concílio Vaticano e da Conferência dos Bispos da América Latina, realizados nos anos 60, os quais ofereceram fundamento para novas práticas teológicas, formando em 1974, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), principal entidade católica do campo na luta pela terra (cf. mais detalhadamente o texto apresentado pelo teólogo Ivo Poletto na mesma seção); a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) e o pensamento de um grupo de economistas oriundos da Universidade de São Paulo. O último grupo, por sua vez, tendo como protagonista o economista Delfim Neto, que defendia a tese da “modernização agrícola sem reforma agrária”, e que foi incorporado, anos depois, como ministro da Fazenda. Colaborou com a ditadura mili-

tar imposta, a partir de 1964, e assinou o início de um projeto alcunhado como “processo de modernização conservadora no campo”, *id est*, um “aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria e de ambos com o setor externo” que se caracterizou principalmente “pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais e máquinas industriais” (p.85). Depois do período da “modernização conservadora”, a economia agrária do país no espaço-temporal da democracia liberal, segundo o autor, enveredou para a lógica do “ajustamento estrangido”, que, em síntese, se revela como um aprofundamento da etapa anterior, conquanto com a novidade, agora, de uma intensidade visceral do capital financeiro na agricultura e da entrada massiva das empresas transnacionais ou, ainda, na expansão e consolidação do assim chamado agronegócio que aumentaria substantivamente os saldos do comércio externo do país, mas para se tornar rapidamente “renda líquida enviada ao exterior”. Os dois projetos revelar-se-iam condições de uma limitada oportunidade de emprego, em face do padrão tecnológico imposto, culminando em uma reestruturação produtiva no campo voltado exclusivamente para a exportação e não alterando sequer um fio da estrutura fundiária brasileira, mesmo com uma constituição que associa o reordenamento da propriedade fundiária à sua função social. Note-se bem que nesse país de outro tempo, o progresso técnico e o conteúdo conservador se articulam intimamente. Concomitantemente ao projeto de inserção subordinada do país na divisão internacional do trabalho e no processo de metamorfoseamento no mundo rural contemporâneo, eclodiram centenas de conflitos e mobilizações no campo brasileiro que agitaram a situação social do país, principalmente a partir da década de 50, ainda que as lutas, ressalte-se, derivem de uma longa história - os exemplos mais notórios são as lutas em Canudos e no Contestado - com antecedentes milenares e universais em torno do acesso à terra, deixando, desse modo, marcas profundas na memória coletiva dos povos. Recuperar esses grandes traços das lutas anteriores, suas marcas e suas bandeiras, o esforço dos trabalhadores para serem vistos e ouvidos, rompendo com o anonimato, como faz o artigo de Leonilde Sérvolo de Medeiros, é precípua para o entendimento crítico das lutas sociais camponesas contemporâneas. A autora aprofunda a temática traçando a trajetória dessas lutas no Brasil, assinalando as mobilizações e reivindicações, as articulações e sua visibilidade em diferentes tipos de situações conjunturais, assim como, paralelamente, avaliando as novas formas de organização dos latifundiários.

Com base nisso, ao configurar um panorama profundo acerca da ordem política, histórica e econômica da situação social no Brasil, especialmente na realidade rural, é que se pode compreender a história e a mobilização da luta *pela* terra – tema da segunda parte do livro - do principal agente mediador do campo que se articula em defesa da reforma agrária. Nos

momentos de sua formação, tal como assinala o geógrafo Bernardo Fernandes, o MST estaria fortemente imbricado em um processo de territorialização que constitui, em linhas gerais, na produção de um novo espaço de recriação e reprodução do campesinato. Bem entendido, o estabelecimento do MST na maioria das regiões do país, assim como a cristalização de sua estrutura organizativa, dar-se-ia não de forma homogênea, mas, ao contrário, de forma desigual e irregular, todavia suficiente para influenciar, em algumas ocasiões, o movimento como um todo, como se pode notar nos três textos dedicados a analisar as particularidades e o impacto no MST em três regiões específicas, a saber: (1) no Rio Grande do Sul, região de gestação da organização dos sem-terra, onde emergiram as primeiras formas de organização e o ativismo público como expressão de uma forma particular de conflito social que combinaria pressão social e negociações com as autoridades do Estado; (2) no Pará, marcada por um lento processo de penetração do movimento, pois se trata de uma região em que a tradição de luta dos posseiros e de outras organizações do campo fez com que a atuação do MST fosse modesta, embora o massacre do Eldorado dos Carajás tenha sido o ponto de inflexão para o movimento, em nível local, nacional e internacional, angariando uma série de benefícios políticos e uma presença mais significativa nessa região e (3) em Pernambuco, região de maior número de ocupações de terra desde a segunda metade da década de 90 e esse fato é entendido, com base em uma interessante etnografia nos acampamentos na Zona da Mata pernambucana e na identificação de uma *forma* de acampamento, em que a dinâmica das ocupações nessas regiões fora produzida a partir do movimento que criou um conflito da luta pela terra e não o contrário – a procura pela terra como preexistente que não existia na região – como se poderia supor.

Da luta *pela* terra à luta *na* terra. Os assentamentos da reforma agrária como resultado da luta pela terra. Impõe-se doravante um ponto de partida de novas demandas, nesse espaço socioterritorial multidimensional. Ainda que o MST tenha uma unidade, não raras vezes suas ações regionais são diferentes em locais diversos e os assentamentos não escapam a essa configuração: as múltiplas trajetórias de vida assim como a diversidade de mediadores na luta pela terra, ou seja, o envolvimento de várias organizações políticas e sociais são alguns indícios do quanto um assentamento pode ser diverso de outro. Desse modo, os quatro textos que compõem a terceira parte do livro, com base em estudos de caso, desvendam a situação social específica de cada um, moldando os limites e avanços dos assentamentos. É verdade que muitos estão concentrados nas partes mais empobrecidas do país e essa situação de isolamento geográfico deve-se, em muitos casos, às promessas nunca cumpridas e, portanto, ao descaso total do governo, do INCRA e da própria direção do movimento em regiões específicas. Nesse sentido, os trabalhos de campo da antropóloga Elena Calvo-González e da

geógrafa Wendy Wolford, revelam os limites do MST na relação entre assentados e direção regional, na construção de uma unidade que, muitas vezes, se fragmenta, se espalha na tensão da vida cotidiana quando o assentamento não se concretiza, no desconhecimento das normas culturais referentes à relação entre terra e trabalho e da complexa história da vida local, nos sentimentos conflitantes em relação a um suposto projeto comunitário que se alimenta enquanto acampados e se dilui conforme os impasses do assentamento, gerando um clima de decepção, frustração e dissidência. Ainda que esses casos não constituam exceções no universo rural, não se pode, por outro lado, generalizar essas fraquezas e ocultar os avanços dos assentamentos rurais. O desenvolvimento desigual na formação dos assentamentos no Estado de São Paulo – examinados pelo estudo de Sonia Bergamasco e Luiz Norder - indica um conjunto de melhoria substantiva das condições de vida social do coletivo, dinamizando as relações econômicas e produtivas com os municípios e mudando o cenário político local. São assentamentos bem distintos entre si – nesse caso, os assentamentos estudados pelos autores estão situados na região de Sumaré, Promissão, Araraquara e Mirante do Paranapanema - uns mais vinculados à modernização rural da localidade, outros desenvolvendo bases mais autônomas, construindo modelos alternativos de produção, como a agroecologia; ainda assim, todos eles dependem da qualidade e da presença das políticas públicas do Estado, notadamente voltada ao subsídio de crédito agrícola.

A última seção do livro se depreende em analisar as relações históricas e contemporâneas que o MST manteve durante sua trajetória. Em se tratando dos mediadores políticos do campo – movimentos, associações e sindicatos - muitos emergiram em função das ações do MST e passaram a incorporar as formas de luta de seu principal interlocutor, consagrando uma forma legitimadora de ação coletiva e de redefinição na relação entre Estado e movimentos sociais, ao mesmo tempo interagindo (por exemplo, a participação nos cursos de formação política do MST) e preservando sua autonomia. Segundo a análise de Marcelo Rosa: “o MST tem tido um papel fundamental para a formação de categorias, novas percepções – gênero, agricultura familiar e sem-terra – que ao longo do tempo foram capazes de aglutinar famílias indivíduos em torno de movimentos” (p.477). Definitivamente, as dezenas de organizações ativas em conflitos rurais que pipocaram nos quatro cantos do Brasil não podem ser reduzidas e/ou estereotipadas, como se tem feito nos últimos anos, como supostos irresponsáveis, um mal súbito. Isso remete, entre outras coisas, a pensar a complicada relação entre o MST e a ordem jurídica, quicá o tema mais embaraçoso, já que ele é muito debatido e pouco conhecido, infundindo concepções vulgares e conservadoras no senso comum. Conforme os argumentos do interessante texto de Georges Meszaros, o MST estaria, na esmagadora maioria dos casos de suas ações, empenhado em fazer cumprir a lei, se pautando especial-

mente na função social da propriedade, segundo a última constituição, do que um suposto grupo fora da lei, ainda que em um ou outro caso, os conflitos desencadeassem em trágicos óbitos e os seus detratores colocariam esses incidentes como *modus operandi* do movimento. Não poderia estar ausente, outrossim, a análise entre o MST e as autoridades do Estado, havendo em cada governo uma forma particular de se relacionar com o movimento. Na administração de Cardoso, segundo a avaliação de Sue Branford, sabe-se bem que houve um emaranhado de tensões e projetos opostos sobre a questão agrária, que a autora vai destrinchando etapa por etapa. No entanto, se no caso do governo de Cardoso a oposição se fez claramente por ambas as partes, na ativa pressão social de um lado e na criminalização do outro, no governo Lula, por outro lado, a situação muda radicalmente de configuração. De fato, as duas organizações – o PT e o MST – reconheceram-se historicamente em inúmeras alianças, inclusive em ativistas que atuam em ambas as organizações, embora existissem não raras divergências com específicos núcleos, desembocando uma *aposta* quando o governo de Lula foi eleito presidente. O reordenamento do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRH), redigida originalmente por Plínio Arruda Sampaio cujo caráter se pautava pela política reivindicativa nacional do MST, em vez disso, primou por engendrar um projeto de reforma agrária baseado não na expropriação dos latifúndios, mas em medidas administrativas para fortalecer a agricultura familiar e os assentamentos existentes da reforma agrária, ainda que nem todos os assentamentos tivessem sido beneficiados e a maior parte dos recursos financeiros tenha sido dedicada ao agronegócio. Nesse contexto, o MST se coloca diante de uma encruzilhada política: diante do enigma da esfinge da cultura brasileira que, segundo Hamilton Pereira, curiosamente ex-assessor no governo Lula, está de volta com a imagem desconcertante onde “os de baixo” assumem o poder “para os de cima”; trata-se, pois, de avaliar uma difícil situação das correlações de força em jogo, em que a preservação de sua autonomia política e o não isolamento político são condições preponderantes para decifrar o enigma, antes de ser devorado totalmente, não pela criminalização, mas pela descarada cooptação que, por sua vez, bloqueiam suas ações práticas reivindicativas.

Embora não tenha tido um estudo específico acerca da internacionalização do MST, o assunto pode ser visto nos interstícios de alguns dos textos presentes, principalmente aqueles que atinaram para uma compreensão mais geral do movimento, esboçando indicações interessantes sobre o tema ao reconhecerem o respaldo e a atuação política internacionalista do MST. Como observa Plínio de Arruda Sampaio, há um “evidente sinal de que sua importância ultrapassou as fronteiras do país” (p.407): note-se que o movimento passou a se articular e a se fortalecer na construção de numerosas parcerias e alianças políticas, permanentes e transitórias, destacando-se a Via Campesina, um movimento internacional que aglutina centenas de

movimentos sociais rurais contemporâneos, que influencia, entre outras coisas, o movimento no sentido de uma compreensão mais holística dos obstáculos à reforma agrária, passando a incorporar e, até mesmo, a centralizar em sua agenda política a preocupação com a ecologia do planeta e com a soberania alimentar. Pode-se, igualmente, citar o Fórum Social Mundial que criou um novo espaço de socialização política para os movimentos sociais do mundo inteiro. Essas inúmeras coalizões internacionais ajudam a canalização de recursos para seus programas educativos e projetos de desenvolvimento rural. Pode-se tomar como exemplo expressivo disso os permanentes intercâmbios de formação e solidariedade com governos de outros países, como, por exemplo, com a Venezuela, que apoiou a criação da Escola Latino-americana de Agroecologia (ELA), em Lapa, Paraná, e a colaboração do MST, desde 2006, na constituição do Instituto de Agroecologia Latino-americano Paulo Freire, na Venezuela.

De qualquer modo, fica o recado sobre o quanto é imprescindível para aqueles que se debruçam sobre as múltiplas facetas do MST, estar preparando as mudanças permanentes, devido às circunstâncias conjunturais, atentar-se para sua dinâmica interna, procurar discernir os variados cenários, dedicar-se a contextualizar, em ressaltar os fatos históricos, a complexidade e a heterogeneidade de todas as nuances que perpassam o movimento para, assim, construir e realizar uma análise profunda e crítica, seja qual for a problemática da pesquisa, ao invés de difundir uma imagem fixa denominada por Albert Hirschman como a “retórica da intransigência”, como fazem alguns intelectuais, corroborando com os aparelhos hegemônicos dominantes. Abre-se, desse modo, não apenas mais um livro sobre o MST e a questão agrária, mas *o* livro que registra as marcas significativas de uma luta que continua *inconclusa* e em *aberto* na história do último quarto do século XX e no limiar do século XXI.